

Economia

CONTEXTO

VALDIR CAMPOS COSTA, especial para o Diário

Reformas: no ritmo da política

A reforma tributária proposta pelo governo será enviada ao Congresso nos próximos dias. O que já era esperado vem se confirmando no segundo semestre do ano legislativo. O Executivo não terá o mesmo apoio que o levou à estupenda performance antes do recesso parlamentar de julho. Os cargos a serem distribuídos nos escalões menores já não são tantos, o tempo para definição de candidaturas para as eleições municipais de 1996 vai ficando escasso — pela legislação eleitoral em vigor, quem quiser mudar de partido deverá fazê-lo até 2 de outubro — e os temas em discussão atingem o ápice da polêmica em relação às amplas reformas.

Quando se trata de impostos, taxas e contribuições, deve haver a consciência de que estão em jogo a receita do Estado e o bolso do contribuinte — no segundo sujeito incluem-se todos os cidadãos que comem, usam roupas etc, sejam eles agricultores ou não, servidores públicos ou não. Ontem, a Frente Nacional de Prefeitos se reuniu em Vitória, capital capixaba, para discutir as emendas que tramitam pelo Congresso, principalmente a proposta que servirá de elemento central do projeto governista — fusão do ICMS ao IPI, culminando com o surgimento do IVA (Imposto do Valor Agregado). Os governos regionais estão desconfiados de que a União concentrará a arrecadação reduzindo a participação dos municípios no bolo. No entanto, agora estão mais ocupados de sua própria sucessão.

Mas, será amanhã que os ministros do Planejamento, José Serra, e da Fazenda, Pedro Malan, vão ter de ser definitivamente convincentes. Num mesmo ambiente estarão ledeados dos governadores, donos de poder suficiente para aprovar ou não a reforma tributária. Em Belo Horizonte, a chamada Frente de Governadores vai formalizar suas exigências para dar aval ao Palácio do Planalto. O anfitrião, Eduardo Azeredo, garante que

não haverá sequer esboço de rebeldia por parte dos governos estaduais.

Na quinta-feira já admitiam que as mudanças da área tributária entrarão em vigor somente no ano de 1997. Ninguém desmentiu tal afirmação. Um péssimo indício de que as urgentes reformas tributárias vão ser debatidas exaustivamente, podendo servir inclusive como instrumentos eleitorais, nos acordos que só serão evitados com a reforma política. O próprio embaixador Sérgio Amaral, porta-voz da Presidência, informou que Fernando Henrique Cardoso vai fazer uma reforma tributária por etapas. O chefe da nação está certo em não se precipitar, a ponto de permitir que o carro vá adiante dos bois. No entanto, seria prudente não abrir muito espaço para oportunistas de plantão.

As mudanças menos profundas, portanto menos polêmicas, já começaram a ser anunciadas pela Secretaria da Receita Federal, que está interessada em ampliar a base de contribuição para baixar a alíquota do imposto de renda — um bom começo. O Banco Central já está fazendo suas recomendações, como extinção da isenção do imposto de renda das empresas de tiquetes de alimentação, que atualmente são usados como papel moeda.

O governo não pode esquecer que o ajuste da forma de recolher tributos deve ser acompanhado da racionalização do uso do dinheiro arrecadado — a reforma fiscal. Saber gastar bem é uma condição para bem administrar. Estabelecer prioridades de forma acertada é imprescindível para resolver os problemas urgentes de uma nação, como a saúde, de Adib Jatene, e a educação, de Paulo Renato de Souza.

• VALDIR CAMPOS COSTA é auditor independente e tributarista, diretor-responsável da Conape Auditores Independentes, de São Paulo, e membro do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais).